



Universidade de Brasília  
Instituto de Relações Internacionais  
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais  
XXI Curso de Especialização em Relações Internacionais

**O Alinhamento Estratégico de Bancos Regionais de  
Desenvolvimento da América Latina e Caribe à Agenda 2030**

**Silvia Helena Machado Drummond**

**Artigo apresentado como requisito parcial para obtenção  
do título de Especialista em Relações Internacionais**

**Orientador: Prof. Dr. Thiago Gehre Galvão**

**Brasília**

**2020**

## **RESUMO**

Um dos grandes desafios à implementação da Agenda 2030 é o financiamento de iniciativas que visem o alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Os bancos de desenvolvimento regionais são organismos que podem ter uma atuação preponderante no alcance desses objetivos. Este estudo verificou se três desses bancos possuem estratégias de atuação alinhadas ao plano de ação da Agenda 2030, analisando seus Relatórios Anuais e Relatórios de Sustentabilidade: Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF); Banco de Desenvolvimento do Caribe (BDC); e Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA). Observou-se que o volume de aprovações anuais desses bancos não tem uma relação direta com a importância que estes creditam à Agenda 2030 em seu planejamento estratégico. Enquanto BDC e CAF apresentaram forte aderência de suas estratégias à Agenda 2030, o FONPLATA não mencionou a Agenda em seus relatórios.

## **ABSTRACT**

One of the major challenges regarding the implementation of the 2030 Agenda is the financing of initiatives aimed at achieving the Sustainable Development Goals (SDGs). Therefore, one specific type of organization that can play a significant role in achieving these goals is the regional development bank. Based on Annual Reports and Sustainability Reports, this study checked whether three of these banks have strategies aligned with the Agenda 2030 action plan: Latin American Development Bank (CAF); Caribbean Development Bank (CDB); and the Plata Basin Financial Development Fund (FONPLATA). It was noted that the volume of annual approvals of these banks is not directly related to the adherence of their strategic planning to the 2030 Agenda. While CDB and CAF emphasized the importance of the 2030 Agenda on their documents, FONPLATA did not mention the SDGs in its reports.

**PALAVRAS-CHAVE:** Objetivos do Desenvolvimento Sustentável; Financiamento para o Desenvolvimento; Bancos Regionais de Desenvolvimento.

**KEY WORDS:** Sustainable Development Goals; Financing for Development; Regional Development Banks

### **Introdução**

A Agenda 2030, plano de ação assinado por líderes mundiais membros da Organização das Nações Unidas (ONU) e lançado em setembro de 2015 com 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas (ONU, 2015c), foi pensada para nortear as ações desses países para os 15 anos seguintes em prol do desenvolvimento sustentável, o que significa um alcance holístico de desenvolvimento econômico, inclusão social e sustentabilidade ambiental (SACHS, 2015).

A formulação dos ODS foi um exercício de definição de prioridades globais e de criação de uma visão coletiva de desenvolvimento (FUKUDA-PARR; MCNEILL, 2019). Entretanto, passados mais de quatro anos desde seu lançamento, nota-se que a ação de atores diversos (entidades supranacionais, setor privado, organizações não-governamentais) pode ser tão ou mais efetiva para o alcance de tais objetivos do que a atuação direta dos governos nacionais, uma vez que muitos governantes têm adotado posturas nacionalistas e preterido o cumprimento de acordos e compromissos multilaterais (ABDENUR, 2019).

Dado que os países afirmaram o compromisso com a plena implementação dessa Agenda com a declaração conjunta "Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável" (ONU, 2015c), seria de se esperar que os diversos agentes internacionais passariam a considerar os ODS como parte suas políticas e estratégias de atuação. Em particular, um dos tipos de organismos que podem ter uma atuação preponderante no alcance dos ODS são os bancos de desenvolvimento regionais, tendo em vista que um dos maiores desafios à execução de ações que possam contribuir para o alcance do desenvolvimento sustentável é o financiamento dessas iniciativas.

Este estudo pretende verificar os níveis de alinhamento dos bancos regionais de desenvolvimento vis-à-vis suas estratégias de atuação à luz da Agenda 2030. A

hipótese a ser trabalhada é a seguinte: quanto mais robusto o volume de aprovações anuais de projetos de um banco, maior seria o seu interesse e a sua capacidade técnica e financeira de apoiar os países da região no alcance dos ODS. Para tanto, o estudo busca encontrar uma correlação entre o volume anual de aprovações de projetos do banco e o seu engajamento no alcance dos ODS pela região por ele atendida.

## **1. Governança Global e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)**

O debate sobre o futuro da governança global deriva do nítido crescimento da importância dos países em desenvolvimento e da atuação desses países na formulação das normas globais. Os países do Sul vêm deixando seu antigo papel de receptor de normas para se tornarem agentes normativos e promotores de novas ideias globais, muito além de uma mera defesa de seus interesses políticos e econômicos (FUKUDA-PARR; MUCHHALA, 2020). Isso pode ser observado na clara diferença entre as discussões que levaram à aprovação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), em 2000, e à aprovação dos ODS, quinze anos depois.

Os ODM surgiram da Declaração do Milênio adotada em 2000 pelas Nações Unidas, na qual os líderes mundiais se comprometeram com o fim da pobreza humana, a busca pela paz, segurança, democracia e direitos humanos como prioridades para o novo milênio. Esse consenso político, adotado pela maior reunião de chefes de estado e governo já realizada até então, estabeleceu um conjunto de compromissos normativos para direcionar os rumos do mundo no século XXI (FUKUDA-PARR; GREENSTEIN; STEWART, 2013).

Os ODM foram recebidos por muitos países com ressalvas, por medo de que se tornassem meras fontes de condicionalidades para a obtenção de recursos de assistência. Muitos atores ficaram decepcionados, uma vez que os objetivos ali traçados estavam relativamente desconectados dos debates de políticas nacionais e globais para o desenvolvimento, que vinham analisando o tema de modo muito mais abrangente e aprofundado (FUKUDA-PARR, 2016).

Outro desafio imposto pela Agenda do Milênio foi a dificuldade para se determinar se os objetivos estavam sendo efetivamente alcançados, ou se pelo menos estavam afetando positivamente as políticas mundiais de combate à pobreza. Análises simplificadas que consideravam apenas se os números dos objetivos estabelecidos estavam sendo atingidos em nível nacional acabavam por desmotivar aqueles países cujos indicadores ainda estavam muito longe do ideal (FUKUDA-PARR; GREENSTEIN; STEWART, 2013).

Apesar de suas reconhecidas limitações, os ODM foram muito mais eficientes do que o esperado no tocante à conscientização do mundo acerca da pobreza, tornando-se uma agenda aceita e defendida pela comunidade internacional como prioritária (FUKUDA-PARR; MCNEILL, 2019). Um de seus grandes benefícios foi instar o mundo a pensar sistematicamente como aqueles objetivos deveriam ser concretamente alcançados em um período determinado, mapeando intervenções-chave, buscando meios de financiamento e traçando estratégias de implementação com base em investimentos públicos e privados (SACHS, 2015).

Entretanto, ao se tentar construir uma agenda com objetivos bastante concretos e com resultados numericamente mensuráveis, várias críticas apontaram que a elaboração dos ODM partiu de uma abordagem reducionista e muitas vezes não adequada a determinados contextos regionais e locais. Os ODM não incluíam, por exemplo, questões relacionadas a crescimento econômico, geração de empregos e infraestrutura (FUKUDA-PARR; MUCHHALA, 2020). Para além da redução da extrema pobreza, outros temas como transformação da capacidade produtiva dos países, melhoria da qualidade de vida, redução das desigualdades e questões ambientais não haviam sido contemplados, talvez pela falta de interesse por parte dos grandes doadores de recursos (FUKUDA-PARR; MCNEILL, 2019).

Já os ODS marcam a transição de um projeto de desenvolvimento pós-colonial para um projeto de desenvolvimento global (FUKUDA-PARR; MUCHHALA, 2020). Seu processo de elaboração iniciou-se em 2011, com a Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) abrindo as discussões para uma agenda “Pós-2015”. As discussões iniciais indicavam que a Assembleia desejava elaborar um documento que apresentasse uma continuidade dos ODM, com alguns

ajustes derivados de lições aprendidas naqueles 15 anos de vigência dos objetivos, mas ainda focados na redução da extrema pobreza. Em 2012, foi instaurado um Painel de Alto Nível de Pessoas Eminentíssimas (HLP, da sigla em inglês), cujo relatório trouxe insumos às negociações governamentais na AGNU. Empresários, membros da academia e ONGs foram consultados ao longo do processo (FUKUDA-PARR; MCNEILL, 2019).

Mas a discussão que ocorreu em paralelo e acabou tornando-se a principal responsável pela quebra de paradigmas e transformação completa da nova agenda a ser aprovada em 2015 deu-se em outro fórum: a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, conhecida como Rio +20, ocorrida em junho de 2012.

As ideias que posteriormente culminariam no estabelecimento dos ODS foram um resgate dos princípios estabelecidos na Declaração do Rio de 1992, documento oriundo da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida também como Rio 92. Anos depois, em 2007, o então presidente do Brasil, Lula da Silva, fez um apelo para que se realizasse uma nova conferência global sobre desenvolvimento sustentável (GORE, 2015).

A resposta a esse apelo foi a realização da Rio+20 em 2012. Os países participantes da conferência comprometeram-se a elaborar um novo rol de objetivos de desenvolvimento que incorporasse os importantes temas que haviam sido preteridos quando da construção dos ODM (FUKUDA-PARR; MCNEILL, 2019).

Os ODM haviam sido surpreendentemente efetivos ao tornarem-se guias para o discurso dominante de desenvolvimento do início do milênio (FUKUDA-PARR, 2016). Portanto, era grande o desafio de fazer prevalecer um discurso que se afastasse dos ODM e os substituíssem por conceitos mais alinhados aos interesses dos países do chamado Sul Global.

Criou-se um Grupo de Trabalho Aberto (OWG, da sigla em inglês), liderado pelos países, mas aberto a representantes de diversos setores, de governo e não governamentais, incluindo membros da academia e da sociedade civil (FUKUDA-

PARR; MCNEILL, 2019). A transparência dos trabalhos contribuiu para quebrar o modo tradicional de negociação. Qualquer país poderia participar das discussões, ainda que não fosse um membro formal do grupo, e todas as discussões eram transmitidas pela internet, não havendo as chamadas “negociações a portas fechadas”. No entanto, mesmo nos trabalhos do OWG foi possível perceber esforços no sentido de se manter o *status quo* estabelecido anteriormente pelos ODM na definição de objetivos e indicadores, ou mesmo a tentativa de se diluir o alcance da nova proposta (CABALLERO, 2019). Isso demonstra o grau de dificuldade de se elaborar uma agenda que fosse efetivamente transformadora.

Em julho de 2014, o OWG apresentou, em seu último encontro, uma proposta que reuniu 17 objetivos e 169 indicadores, que foi recebida e aceita, ainda como proposta, pela AGNU em setembro de 2014. Finalmente, um ano depois, em setembro de 2015, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável foi aprovada e adotada pela AGNU (FUKUDA-PARR; MCNEILL, 2019).

Apesar de várias normas para o desenvolvimento sustentável já serem de consenso internacional desde a década de 80, só vieram a ser consideradas como uma estrutura importante para a construção de objetivos globais de desenvolvimento a partir da Rio +20. Um aspecto relevante das discussões iniciadas naquela ocasião foi o importante papel dos países em desenvolvimento, como Colômbia, Brasil e Guatemala. A colombiana Paula Caballero foi a responsável por propor que os ODS fossem estabelecidos durante o processo preparatório da Rio +20 (FUKUDA-PARR; MUCHHALA, 2020). A partir daí, esses países lideraram o movimento em prol de uma agenda que tratasse de temas como sustentabilidade ambiental, desenvolvimento econômico e igualdade social, e efetivamente se distanciasse dos ODMs (FUKUDA-PARR; MCNEILL, 2019). Enquanto a Agenda do Milênio fora construída centrada nas pessoas, a agenda proposta pela Rio+20 era centrada no planeta (GORE, 2015).

Durante as discussões do OWG, os países em desenvolvimento (G-77 + China) passaram a se posicionar em bloco. Houve um movimento de governos e da academia de países do Sul para defender que os países em desenvolvimento precisavam, de fato, de promover seu desenvolvimento econômico, e que a pobreza não era a fonte, mas sim o resultado de um processo de destruição ambiental. Sendo

assim, fazia-se necessário criar um cenário econômico favorável ao desenvolvimento desses atores, bem como promover mudanças no padrão de alto consumo dos países desenvolvidos, consumo este que provocava grandes impactos ambientais (FUKUDA-PARR; MUCHHALA, 2020).

Verifica-se, portanto, que o Sul teve um papel preponderante no alcance de um consenso global de que o desenvolvimento sustentável seria o novo *framework* a ser adotado para o desenvolvimento internacional (FUKUDA-PARR; MUCHHALA, 2020). Como resultado, observou-se uma verdadeira ruptura da antiga divisão entre a comunidade ambiental e a comunidade desenvolvimentista (CABALLERO, 2019). A dimensão ambiental passou a estar incorporada de modo transversal em praticamente todas as áreas abrangidas pela Agenda 2030.

Durante o período de vigência dos ODM, acreditava-se que promover uma agenda de desenvolvimento significava contar com ações diretas apenas dos países menos desenvolvidos, cabendo aos países desenvolvidos tão somente a responsabilidade de disponibilizar recursos para o financiamento das iniciativas necessárias (CABALLERO, 2019). Mas essa agenda liderada pelos grandes países doadores de recursos, cujo escopo restringiu-se ao atendimento de necessidades básicas para redução da pobreza extrema nos países menos desenvolvidos, foi substituída pela Agenda 2030, verdadeiramente global, construída com as visões de nações em diferentes níveis de desenvolvimento econômico e social, e que ensejava mudanças de comportamento e cumprimento de objetivos transformadores por todos os países, e não apenas pelos menos favorecidos (FUKUDA-PARR; MCNEILL, 2019).

Durante todo o período de negociação dos ODS, foi possível encontrar uma alternativa aos processos padronizados liderados pelas agências da ONU e da AGNU que acabavam por acentuar a polaridade Norte-Sul das discussões, além de dar voz a países menores e de abrir espaço a ideias mais diversificadas e inovadoras. Enquanto os ODM carregavam uma visão de desenvolvimento muito limitada, focada em combate à extrema pobreza, com diretrizes praticamente impostas pelos países mais desenvolvidos aos menos desenvolvidos, a partir dos ODS, o desenvolvimento



passou a ser reconhecido como um desejo universal de progresso humano com inclusão e sustentabilidade (FUKUDA-PARR; MCNEILL, 2019).

## **2. Financiamento para o Desenvolvimento**

No processo de formulação dos ODS, muitos debates foram travados em torno de como financiar os ambiciosos objetivos globais, especialmente nos países mais pobres. A principal modalidade de financiamento dos ODM havia sido por Assistência Oficial para o Desenvolvimento (ODA, do nome em inglês para essa modalidade de financiamento). Essa assistência ainda é reconhecida como uma importante fonte de recursos, mas seu montante é insuficiente para fazer frente a todas as demandas da Agenda 2030 (MAWDSLEY, 2018).

Alguns meses antes da aprovação dos ODS, realizou-se, em julho de 2015, a Terceira Conferência Internacional de Financiamento para o Desenvolvimento na cidade de Adis Abeba, Etiópia, que deu origem à Agenda de Ação de Adis Abeba (AAAA) (ONU, 2015a). O documento define abordagens para a mobilização de recursos que possam promover o desenvolvimento global nos próximos anos, e pretende ser um guia para o estabelecimento de fontes de financiamento para as ações que visam o atingimento dos ODS (ONU, 2015b).

A AAAA afirma que tanto o investimento público quanto o privado têm papéis relevantes no financiamento, especialmente em investimentos de infraestrutura, e que é importante estabelecer um compartilhamento justo dos riscos derivados de tais investimentos (JOMO et al., 2016). Contudo, sabe-se que as relações público-privadas são normalmente difíceis, podendo até mesmo impedir a mobilização e o compartilhamento de conhecimento, tecnologia e recursos financeiros entre as partes (KAMPHOF; MELISSEN, 2018).

Enquanto os maiores desafios ao atingimento dos ODS nos países ricos estão na definição de políticas e na divisão ideal de parcelas de rendimentos públicos e privados que devem ser reservados para esses objetivos, nos países de baixa renda o maior problema são as fortes restrições de ordem orçamentária (SACHS, 2015). Em

artigo publicado logo após a aprovação da Agenda 2030, Sachs (2015) apontou a necessidade de se identificar as lacunas de financiamento, em especial para países de baixa renda, bem como os meios institucionais pelos quais esse financiamento possa ser disponibilizado. Segundo o autor, seriam necessárias novas e mais complexas formas de financiamento para o desenvolvimento, incluindo o direcionamento de investimentos liderados pelo setor privado, em especial em setores de energia e tecnologia. Análises de custos para cada país e em escala global poderiam dar às instituições globais os dados requeridos para se promover um financiamento conjunto para cobertura universal de intervenções relacionadas aos ODS.

Na mesma linha, Kamphof e Melissen (2018) constataram a dificuldade encontrada pelos acadêmicos em atrair e engajar empresários em discussões relacionadas aos ODS. Os autores ressaltaram que a comunidade acadêmica defende que o desenvolvimento sustentável requer que as lideranças do setor privado assumam a responsabilidade juntamente com os governos e a sociedade civil. Aos governos caberia, nessa parceria, prover um ambiente que apoie o setor privado e os ODS; as políticas atreladas a esses objetivos deveriam, então, estar vinculados à viabilidade comercial para atrair e envolver o setor privado de modo efetivo nas mais diversas iniciativas.

Schmidt-Traub (2015) realizou um exercício de estimativa de investimentos necessários para financiar todas as iniciativas necessárias ao alcance dos ODS pelo mundo. De acordo com o pesquisador, seriam necessários investimentos de cerca de USD 1,3 trilhão em países de renda baixa e média-baixa. Isso corresponde a cerca de 11% do PIB desses países, ou entre 0,7% e 1,1% do PIB mundial.

Desse montante, apenas cerca da metade (entre 41% e 50%) poderia ser executada com financiamento privado. Quando descontados os financiamentos privados e os recursos domésticos que estes países conseguem disponibilizar, restaria ainda uma lacuna de cerca de USD 133 bilhões a USD 161 bilhões que precisaria de cobertura de financiamento público internacional.

Schmidt-Traub também afirmou que os países de baixa renda demandarão montantes significativos de co-financiamento internacional para o atingimento dos

ODS durante todo o período de vigência da agenda, enquanto países de renda média-baixa precisam contar com apoio financeiro pelo menos no período inicial de vigência da Agenda 2030.

Uma vez identificada tal lacuna, deve-se analisar que modalidades de financiamento seriam mais adequadas, de acordo com a capacidade econômica e financeira dos países receptores desses recursos (SACHS, 2015). Para alguns países, empréstimos podem ser a melhor alternativa, com a adequada taxa de juros e prazos de carência, desde que suas economias tenham ainda uma boa capacidade de endividamento. Para outros, talvez seja mais adequado atuar com doações, ou ainda uma proporção entre financiamento e doação que permita que maiores volumes de recursos sejam disponibilizados do que no caso de uma doação pura.

A ideia é transformar o papel do ODA, de modo que os recursos disponibilizados para assistência pelos países doadores atuem como catalisadores de fluxos de investimentos e recursos oriundos do setor privado. Ganha relevância conceito de “blended finance” (mistura de recursos públicos e privados) e o estabelecimento de operações de garantia, em especial para projetos tocados por parcerias público-privadas (PPPs) (MAWDSLEY, 2018).

Alguns acadêmicos consideram que o financiamento público concessional internacional é a modalidade mais valiosa para países em desenvolvimento, uma vez que é a que exige menos contrapartidas e tem potencialmente maior flexibilidade na aplicação dos recursos (KHARAS; PRIZZON; ROGERSON, 2014). Como grandes financiadores públicos internacionais, instituições como os bancos multilaterais de desenvolvimento (BMDs) e os bancos regionais de desenvolvimento (BRDs) podem, portanto, ser agentes importantes na solução das lacunas de financiamento.

Em abril de 2015, seis BMDs e o FMI lançaram um documento que abarcava resultados de discussões sobre propostas de financiamento para o desenvolvimento pós-2015 (DEVELOPMENT COMMITTEE, 2015). O documento foi preparado para a reunião do Comitê de Desenvolvimento, realizada em 18 de abril de 2015. Nele, as instituições financeiras internacionais comprometeram-se a apoiar o financiamento de iniciativas para o alcance dos ODS. O documento apresentou uma necessidade de

disponibilização de cerca de USD 135 bilhões em recursos de assistência ao desenvolvimento, montante similar ao estimado por Schmidt-Traub (2015).

Os organismos também assumiram, nesse documento, o compromisso de oferecer orientação na elaboração de políticas públicas adequadas e apoio financeiro ao desenvolvimento sustentável, apontando que seus financiamentos são capazes de mobilizar capital privado para investimentos conjuntos. Finalmente, ressaltaram a capacidade dos BMDs de auxiliar no desenho e na coordenação de abordagens globais e regionais aos desafios apontados na futura Agenda 2030 (DEVELOPMENT COMMITTEE, 2015).

A Agenda de Ação de Adis Abeba também mencionou a importância do papel que os BRDs, juntamente com bancos nacionais de desenvolvimento, podem ter no financiamento do desenvolvimento sustentável, particularmente em momentos de crise econômica em que os atores privados têm maior aversão ao risco (ONU, 2015a, pp. 15-16).

Em suma, o volume de recursos existente globalmente é suficiente para o alcance dos ODS. Todavia, é preciso redirecionar os recursos às iniciativas pertinentes, o que ensejará uma cuidadosa e desafiadora organização e implementação dessas iniciativas (SCHIMDT-TRAUB, 2015). Os BMDs e BRDs são capazes de assumir esses desafios e assumiram essa postura em vários documentos e fóruns. Resta verificar se, de fato, isso vem sendo feito.

### **3. O lugar dos Bancos Regionais de Desenvolvimento e o Financiamento Público Internacional**

Sachs (2015) crê que os processos e as estruturas institucionais necessárias para que o financiamento global necessário ao alcance dos ODS seja disponibilizado são geralmente negligenciados, tanto no nível nacional quanto no nível internacional. Enquanto no nível nacional o principal problema seria a falta de expertise, as organizações e agências financeiras internacionais não estão questionando seriamente qual seria o montante de recursos ideal a ser disponibilizado para cada uma das

nações que eles atendem visando ao atingimento, em nível nacional e regional, dos ODS. Portanto, o elo entre a Agenda 2030 e o financiamento necessário ao seu atingimento permanece fraco.

O fortalecimento desse elo poderia, então, ser incentivado pelos bancos regionais de desenvolvimento, que em comum acordo podem promover modalidades de financiamento combinadas entre eles e em escala suficiente para o alcance regional da Agenda. Entretanto, cada banco tem feito seu progresso de forma independente, sem uma perspectiva agregada de arquitetura financeira global (KHARAS; PRIZZON; ROGERSON, 2014). Como ainda há mais de 10 anos para a vigência da Agenda, há tempo para que esses organismos percebam o ganho que podem obter com ações conjuntas e se reorganizem.

Os BRDs são instituições formadas por um conjunto de países em desenvolvimento (podendo contar também com a participação de alguns países desenvolvidos) destinadas à promoção de crescimento econômico de determinada região geográfica de forma estratégica e conjunta, por meio de concessão de empréstimos, prestação de assistência técnica e apoio à elaboração de políticas públicas. Um dos principais objetivos dos BRDs é facilitar o fluxo de capital nessas economias, especialmente atuando como fonte de financiamento de baixo custo em projetos que dificilmente seriam viabilizados com recursos derivados unicamente de fontes privadas, seja devido ao alto montante de investimentos necessários, seja pelo baixo retorno financeiro imediato do projeto (STRAND, 2014).

Os BRDs, assim como os MDBs, atuam de modo a apoiar todo o ciclo de investimentos, desde aconselhamento em reformas setoriais e empresariais à preparação de projetos, financiamento, implementação, até o monitoramento e avaliação de impactos. Eles são capazes de identificar áreas com importantes falhas de mercado e estruturar projetos comercialmente viáveis nesses setores (DEVELOPMENT COMMITTEE, 2015).

Os países podem participar como membros desses bancos em até três classificações distintas:

- (i) Membros regionais tomadores: pertencem à região geográfica de atuação do banco e tanto aportam recursos à instituição quanto tomam empréstimos. Muitas vezes, tais países fazem pequenos aportes de capital ao banco (que se convertem em pequenas participações acionárias) para poderem acessar montantes bem maiores de capital na forma de empréstimos e doações.
- (ii) Membros regionais não tomadores: pertencem à região geográfica de atuação do banco, mas participam apenas como acionistas, aportando capital ao banco, e não como beneficiários de empréstimos; e
- (iii) Membros extrarregionais: não estão localizados na região geográfica de atuação do banco e não tomam empréstimos, participando apenas como acionistas.

As instâncias decisórias máximas dessas instituições são comumente chamadas de Assembleias de Governadores, geralmente compostas por Ministros de Estado de Economia e Finanças dos países membros, responsáveis pela aprovação de questões estratégicas e políticas. Já as rodadas de negociações e as tomadas de decisões operacionais (como a aprovação de financiamentos, o monitoramento e a avaliação de projetos) são delegadas pelos Governadores a uma instância inferior, normalmente composta por representantes dos governos em nível mais técnico, denominada Diretoria Executiva. Nos bancos analisados no presente estudo, apenas o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF) conta com uma Diretoria Executiva composta pelos Ministros de Estado e uma Assembleia de Governadores composta por outros representantes de governo.

Todos os países membros participam das decisões estratégicas e das deliberações para aprovação dos projetos financiados pelos bancos. Os BRDs têm regras especiais que ressaltam sua natureza regional, por exemplo, com regras de poder de voto que exigem maioria não só da totalidade dos membros do banco, como também a maioria dos votos dentre os países regionais na tomada de certas decisões.

Esses bancos também contam com um corpo burocrático, com cultura própria e normalmente avessa a riscos, que influencia direta e profundamente no funcionamento dessas instituições e em como as decisões tomadas pelos países

membros são operacionalizadas. Como é característico de organismos internacionais, quaisquer mudanças de normas e estruturas de poder nesses organismos enfrentam resistências e costumam ocorrerem de modo lento.

O capital dessas instituições reúne não apenas recursos financeiros aportados pelos próprios países membros, mas também recursos captados no setor privado. Apesar de serem relativamente menores do que os grandes Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMDs) como o Banco Mundial, em termos de capacidade financeira, essas instituições podem ter melhor conhecimento, flexibilidade e capacidade para lidar com os problemas locais (STRAND, 2014).

Com o crescimento do apelo global pelo desenvolvimento sustentável, os BRDs precisaram equilibrar seus antigos mandatos de promoção do desenvolvimento com a necessidade de responder a mudanças nas normativas globais e a pressões externas da sociedade civil (STRAND, 2014). A mudança de paradigma de um mero combate à pobreza defendido pelos ODM para a busca pelo crescimento econômico sustentável proposta pelos ODS também obrigou as instituições financeiras internacionais a repensarem suas estratégias.

Desde a aprovação da Agenda 2030, diversas instituições de desenvolvimento estão buscando parcerias com fundos de hedge, fundos soberanos, bancos de investimento e agências de risco de crédito para encontrar formas inovadoras de financiamento (MAWDSLEY, 2018). A atuação dos BRDs é crucial, uma vez que essas instituições já contam com anos de expertise na atuação de projetos de desenvolvimento nos seus países membros, o que facilita a adaptação de suas estratégias para o direcionamento de esforços em prol dos ODS. Esses bancos também contam com estruturas burocráticas capacitadas e com acumulada experiência em lidar simultaneamente com diferentes atores (governos, ONGs, academia e sociedade civil) e diferentes cenários em projetos e cooperações técnicas, sendo, portanto, organismos que podem enfrentar esses desafios com maior facilidade.

#### **4. Bancos Regionais de Desenvolvimento da América Latina e seu Alinhamento Estratégico à Agenda 2030**

Os países em desenvolvimento, que foram os grandes protagonistas das discussões que deram origem aos ODS, são os mesmos responsáveis pela condução dos bancos regionais de desenvolvimento. É possível inferir, portanto, que a disposição encontrada nesses países em fazer do desenvolvimento sustentável o grande motor do futuro global se traduziria num forte engajamento dessas instituições com a Agenda 2030, e que isso seria refletido nos documentos em que essas instituições relatam suas atividades e estratégias e prestam contas à sociedade.

Este estudo pretende verificar se um determinado grupo de bancos de desenvolvimento regionais na América Latina e no Caribe possui estratégias de atuação que estejam alinhadas ou que reflitam, em alguma medida, o plano de ação da Agenda 2030. Além disso, o estudo busca encontrar uma correlação entre o volume anual de aprovações de projetos do banco e o seu engajamento no alcance dos ODS pela região por ele atendida. Supõe-se que aqueles bancos que tem maior capacidade financeira, ou seja, aqueles que aprovam maior volume de recursos em projetos e cooperações técnicas, assumam um maior compromisso em prol do atingimento das metas estabelecidas pela agenda, dada a robustez de suas operações.

Para delimitar o escopo do presente estudo, foram selecionados os bancos de desenvolvimento regionais com capital de até USD 50 bilhões, cuja atuação seja circunscrita à região da América Latina e Caribe, e dos quais o Brasil seja um dos países-membros. Três instituições atendem aos critérios elencados: Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF - antiga Corporação Andina de Fomento); Banco de Desenvolvimento do Caribe (BDC); e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA). O Brasil participa como membro extrarregional do BDC e, nos demais, como membro regional tomador.

Para se verificar a aderência da estratégia desses organismos à Agenda 2030, foram analisados dois tipos de publicações oficiais disponibilizadas pelos bancos: Relatórios Anuais e Relatórios de Sustentabilidade. Os Relatórios Anuais trazem um balanço das principais ações da instituição naquele ano, dados sobre os projetos aprovados e executados, e como tais iniciativas têm contribuído para o alcance dos objetivos estratégicos do organismo, bem como seus dados financeiros consolidados. Estes relatórios são dirigidos principalmente ao público externo: ao mercado



financeiro, para atrair investidores que poderão fechar parcerias com a instituição e, em alguns casos, realizar aportes de capital (os três bancos objetos do presente estudo são submetidos a avaliações periódicas das agências de classificação de risco); aos cidadãos dos países-membros, para que vejam as contribuições dos projetos financiados para suas localidades; ao setor de indústria e serviços, para que observem as oportunidades de participação em licitações e contratos promovidos pelos bancos; aos governos de países que não sejam membros do banco, para que eventualmente se interessem em pleitear uma participação na instituição.

Já os Relatórios de Sustentabilidade têm o objetivo específico de relatar as iniciativas do banco sob a ótica da estratégia de apoio ao desenvolvimento sustentável elaborada por aquele organismo em particular. A publicação de tal relatório já denota a importância dada ao banco a este tema, e sua periodicidade é variável. Dos bancos analisados, apenas o CAF produz tais relatórios, com uma frequência bianual.

Os dois tipos de relatórios trazem uma visão abrangente da atuação das instituições na região, e é possível deduzir que aqueles bancos que considerem os ODS na elaboração de suas estratégias farão referências à Agenda 2030 em seus relatórios. Como a Agenda 2030 foi aprovada em setembro de 2015, foram analisados os relatórios referentes ao período de 2015 a 2018. Como os relatórios anuais costumam ser publicados ao longo do segundo trimestre do ano seguinte, até a conclusão deste estudo ainda não haviam sido disponibilizados os relatórios anuais relativos a 2019.

A seguir, serão apresentados os resultados da análise dos três bancos selecionados.

#### *4.1. Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata – FONPLATA*

O FONPLATA é um banco criado em 1974 pelos países signatários do Tratado da Bacia do Prata: Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai. Com sede em Santa Cruz de la Sierra, na Bolívia, o banco tem como missão apoiar técnica e financeiramente as iniciativas de desenvolvimento harmônico e de integração dos

seus países membros. Seu capital autorizado é de USD 3,0 bilhões e seu volume anual de aprovações foi de USD 425 milhões em 2018. (FONDO FINANCIERO PARA EL DESARROLLO DE LA CUENCA DEL PLATA, 2019).

O FONPLATA não apresentou, em nenhum de seus últimos quatro relatórios anuais, qualquer menção à Agenda 2030 ou aos ODS (FONDO FINANCIERO PARA EL DESARROLLO DE LA CUENCA DEL PLATA, 2016, 2017, 2018, 2019). Em seu relatório mais recente, o banco comenta que os projetos aprovados nos últimos anos têm se voltado para a promoção do desenvolvimento sustentável em certas regiões geográficas e que o banco continua engajado em observar as necessidades dos países em se reduzirem as brechas de infraestrutura sustentável para uma maior competitividade de suas economias (FONDO FINANCIERO PARA EL DESARROLLO DE LA CUENCA DEL PLATA, 2019). No entanto, não há menções explícitas a uma tentativa de alinhamento do banco com objetivos da Agenda 2030.

#### *4.2. Banco de Desenvolvimento da América Latina – CAF*

O CAF é um banco fundado em 1970, com sede em Caracas, na Venezuela, que conta com 19 países-membros (17 países da América Latina e do Caribe, mais Portugal e Espanha) e 13 bancos privados como acionistas. O banco tem como missão apoiar o desenvolvimento sustentável de seus países membros e promover a integração da América Latina. Seus ativos totais são da ordem de USD 40,0 bilhões e seu volume anual de aprovações de projetos foi de USD 13,7 bilhões em 2018 (CORPORACIÓN ANDINA DE FOMENTO, 2019).

O CAF publicou, no período analisado, dois relatórios de sustentabilidade. No Relatório de Sustentabilidade 2015-2016, a mensagem presidencial de abertura traz o compromisso do banco em atuar com uma visão integral do desenvolvimento, buscando ao mesmo tempo superar barreiras estruturais para o aumento da produtividade e promover a inclusão social e o equilíbrio ambiental. Nesse contexto, o presidente afirma que o banco adotou os desafios descritos na Agenda 2030 como próprios, o que já reflete um compromisso da alta administração do banco com os

ODS desde o princípio da iniciativa (CORPORACIÓN ANDINA DE FOMENTO, 2017b, p.7).

O relatório traz um trecho dedicado a contar o surgimento da Agenda 2030, afirmando que o CAF e demais bancos de desenvolvimento, no âmbito do Clube de Bancos de Financiamento ao Desenvolvimento (IDFC), posicionaram-se junto à ONU “como porta-vozes das necessidades dos países latino-americanos e como agente promotor de iniciativas que contribuam para o cumprimento efetivo dos ODS na região, atendendo às suas necessidades e contextos específicos” (CORPORACIÓN ANDINA DE FOMENTO, 2017b, p.31, tradução nossa).

Nesses primeiros anos de contato com os ODS, o banco propôs-se a analisar sua própria estratégia de atuação a fim de verificar em que medida o organismo poderia contribuir para o alcance dos 17 objetivos. A instituição optou, então, por focar tal estratégia em suas ações de cooperação técnica, e o esforço resultou em uma taxa de 87% de alinhamento das operações de cooperação técnica aprovadas pelo banco no ano de 2016 a oito diferentes ODS. Isso correspondeu a investimentos da ordem de USD 26 milhões, que, apesar de corresponder a um pequeno valor em relação ao total de recursos investidos pelo banco no período, já sinalizou uma vontade do organismo em inserir a Agenda 2030 no dia-a-dia de suas operações (CORPORACIÓN ANDINA DE FOMENTO, 2017b, pp.31-32).

Já no Relatório de Sustentabilidade 2017-2018 (CORPORACIÓN ANDINA DE FOMENTO, 2019b), verifica-se uma conexão mais abrangente da Agenda 2030 com a estratégia do banco, denominada “Agenda Integral de Desenvolvimento Sustentável”, uma agenda própria voltada ao crescimento sustentado e de qualidade da região, com foco em alguns objetivos tais como: a preservação da estabilidade macroeconômica do continente, a eficiência microeconômica e a transformação produtiva, a equidade e a inclusão social, o equilíbrio e o fortalecimento institucional dos governos.

A estratégia do banco elenca oito eixos prioritários de atuação (denominados “temas materiais”): (i) infraestrutura; (ii) equidade e desenvolvimento social; (iii) melhoria da produtividade; (iv) energia e eficiência energética; (v) desenvolvimento

institucional; (vi) sustentabilidade ambiental e de mudança climática; (vii) integração regional; e (viii) sustentabilidade econômica e financeira (CORPORACIÓN ANDINA DE FOMENTO, 2019b, p.34). A cada um desses temas materiais, o banco apontou quais ODS que estariam diretamente vinculados a eles, destacando visualmente os logotipos dos respectivos ODS ao lado dos títulos dos tópicos referentes a cada tema material ou linhas de ação vinculadas. Dessa forma, a tentativa de se adequarem os financiamentos do banco à Agenda 2030 não está mais restrita às cooperações técnicas, mas a todos os tipos de projetos e iniciativas financiados naquele período.

O relatório também dá um destaque especial à Agenda 2030 quando trata do tema de mudanças climáticas, relatando que o CAF terá como meta aumentar as aprovações anuais que tenham um componente verde até o ano de 2020 (CORPORACIÓN ANDINA DE FOMENTO, 2019b, p.156). Finalmente, o documento aponta que 98% de todos os financiamentos aprovados com recursos dos dois Fundos Especiais do Banco, a saber, o Fundo de Desenvolvimento Humano (FONDESHU) e o Fundo de Cooperação Técnica (FCT), tiveram escopos alinhados a 12 ODS, totalizando investimentos de USD 45,2 milhões (CORPORACIÓN ANDINA DE FOMENTO, 2019b, p.245-246).

Nos quatro Relatórios Anuais do CAF analisados (CORPORACIÓN ANDINA DE FOMENTO, 2016, 2017a, 2018, 2019a), as menções aos ODS são pontuais, mas incrementais, e trazem informações relevantes. No relatório de 2015, não há nenhuma referência ao tema (CORPORACIÓN ANDINA DE FOMENTO, 2016). Por sua vez, no relatório de 2016, o banco comenta a assinatura de um Memorando de Entendimento com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no qual CAF e PNUD se comprometeram a trabalhar conjuntamente em iniciativas para o alcance dos ODS (CORPORACIÓN ANDINA DE FOMENTO, 2017a, p.43).

Já no relatório de 2017, o banco informa que 84,4% do total de operações aprovadas naquele ano estavam alinhadas aos ODS, sendo 41% relativos ao ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura (CORPORACIÓN ANDINA DE FOMENTO, 2018, p. 25). Por fim, no relatório de 2018, o organismo relata que capacitou seus

funcionários para a avaliação de impacto dos ODS nos projetos e iniciativas financiados pela instituição (CORPORACIÓN ANDINA DE FOMENTO, 2019a, p. 81).

#### *4.3. Banco de Desenvolvimento do Caribe – BDC*

O BDC é um banco com sede em Bridgetown, Barbados, criado em 1969 com o intuito de contribuir para o crescimento econômico harmônico e o desenvolvimento dos países da região do Caribe e promover a integração e cooperação mútuas. A instituição é composta por: (i) 19 países-membros regionais tomadores de empréstimo; (ii) quatro países-membros regionais (considerando países latino-americanos como regionais) não tomadores de empréstimos, incluindo o Brasil; e (iii) cinco membros extrarregionais não tomadores de empréstimo. O capital da instituição alcança os USD 1,76 bilhões e seu volume de aprovações de novas operações em 2018 foi de USD 295,1 milhões (CARIBBEAN DEVELOPMENT BANK, 2019).

A importância dada pelo banco à Agenda 2030 já fica clara desde seu Relatório Anual de 2015, em cuja capa é possível visualizar o logotipo dos ODS no canto inferior esquerdo (CARIBBEAN DEVELOPMENT BANK, 2016). A mensagem do presidente da instituição que abre o relatório menciona o então recente acordo da Agenda 2030 e o esforço do BDC em adaptar seus compromissos a este e a outros novos acordos internacionais sobre mudanças climáticas, como o Acordo de Paris (CARIBBEAN DEVELOPMENT BANK, 2016, p.5-6).

Um segmento do relatório é dedicado a relacionar o Plano Estratégico 2015-2019 do Banco a, pelo menos, 10 ODS, e comenta que a missão do Banco, de reduzir a pobreza na região do Caribe através do desenvolvimento sustentável e inclusivo, é totalmente aderente à proposta da Agenda 2030 (CARIBBEAN DEVELOPMENT BANK, 2016, p.46-47). O relatório afirma que

[...] o BDC estrategicamente apoia o alcance dos ODS na região em colaboração com os países membros tomadores de recursos e outros parceiros de desenvolvimento para fomentar o desenho, a implementação

e a avaliação de políticas e programas robustos. (CARIBBEAN DEVELOPMENT BANK, 2016, p.46, tradução nossa)

Tal afirmativa é uma forte expressão do compromisso do banco com os ODS desde o lançamento da Agenda 2030.

O documento também relata que o Escritório de Integridade, *Compliance* e *Accountability* do banco, recém-criado em dezembro daquele ano para aprimorar a governança interna do banco, recebeu o mandato de assegurar que a instituição mantenha o foco na busca pelo atingimento dos ODS, visto que tal objetivo pode ser enfraquecido em caso de práticas irregulares de corrupção e malversação de recursos do organismo (CARIBBEAN DEVELOPMENT BANK, 2016, p.53).

Por sua vez, o Relatório Anual de 2016 (CARIBBEAN DEVELOPMENT BANK, 2017) traz, na primeira frase e em todo o teor da Mensagem do Presidente, a confirmação de que o Banco adotou a Agenda 2030 como norteadora de todas as suas ações:

Em 2016, os países membros tomadores de empréstimo do Banco de Desenvolvimento do Caribe (BDC) marcaram o início da implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Tal ato esteve em conformidade com o compromisso global de acabar com a pobreza e, ao mesmo tempo, construir sociedades inclusivas e resilientes. (CARIBBEAN DEVELOPMENT BANK, 2017, p.8, tradução nossa)

A instituição reforça o foco de atuação em projetos de adaptação climática e de eficiência energética e energias renováveis. Reconhece-se a necessidade de apoio do BDC à elaboração de objetivos prioritários e indicadores que possam ser monitorados para se verificar o alcance dos ODS pela região (CARIBBEAN DEVELOPMENT BANK, 2017, p.44).

No ano de 2017, uma forte temporada de furacões deixou a região caribenha extremamente abalada, o que levou o banco a oferecer uma série de empréstimos emergenciais. O Relatório Anual de 2017 (CARIBBEAN DEVELOPMENT BANK, 2018) retrata a situação de vulnerabilidade da região às mudanças climáticas, e reforça o entendimento do banco de que é fundamental, não só para a região, mas

para todo o mundo, a busca pelo atendimento aos ODS para garantir a sobrevivência das populações locais. O banco afirma que as políticas de desenvolvimento social e econômico da região foram extremamente afetadas pelos desastres naturais, e que volumes importantes de recursos precisaram ser redirecionados para projetos de reconstrução e reabilitação da infraestrutura local (CARIBBEAN DEVELOPMENT BANK, 2018, p.46).

Como um efeito desses desastres, o Relatório Anual de 2018 (CARIBBEAN DEVELOPMENT BANK, 2019) traz um tom de preocupação quanto ao atingimento dos ODS pela região, dada a dificuldade de recuperação econômica dos países membros após os furacões de 2017. Foram levantadas ameaças e desafios ao cumprimento da Agenda 2030, tais como a volatilidade dos mercados financeiros, as guerras comerciais e a sensível dinâmica geopolítica. Mesmo assim, o banco reafirma, no documento, seu compromisso em apoiar seus membros no alcance desses objetivos, e ressaltou a importância de se contar com a participação de parceiros estratégicos, inclusive e especialmente do setor privado, nesse engajamento (CARIBBEAN DEVELOPMENT BANK, 2019, p.58).

### **Conclusões**

Ainda que seja “muito cedo” para se afirmar que os ODS irão “promover uma revolução” em termos de responsabilidades ambientais para Estados, já é evidente que se trata de um processo que depende de um conjunto maior de agentes (CABALLERO, 2019, p. 140).

Neste estudo, enfocamos então o papel dos Bancos Regionais de Desenvolvimento. Dois dos bancos analisados, BDC e CAF, apresentaram um reflexo expressivo da Agenda 2030 em suas estratégias de atuação relatadas em seus relatórios. Também se verificou que a aderência das iniciativas dos organismos aos ODS foi crescente, estando a cada ano presente com maior frequência e com a destinação de uma parcela do volume de investimentos das instituições cada vez maior.

Entretanto, foi possível perceber que o volume de aprovações anuais dos bancos regionais de desenvolvimento não tem relação com o engajamento de cada um deles em relação à Agenda 2030. De acordo com os documentos analisados, tanto o CAF quanto o BDC apresentaram uma forte aderência de suas estratégias aos ODS, apesar do volume de aprovações anuais do BDC corresponder a apenas 2% do volume de aprovações anuais do CAF e do capital do banco andino ser pelo menos 20 vezes maior do que o capital do banco caribenho.

Da mesma forma, o BDC e o FONPLATA, que têm volumes de capital similares (USD 1,7 bilhões e USD 3 bilhões, respectivamente), apresentam, em seus relatórios, abordagens bastante distintas em relação à Agenda 2030. Enquanto o FONPLATA não menciona a Agenda em seus relatórios anuais entre 2015 e 2018, o BDC já apresenta, desde 2015, o comprometimento e o engajamento de suas atividades em relação aos ODS. Ademais, o BDC adota a postura de trazer para si um papel de extrema relevância para que os países da região do Caribe possam atingir as metas propostas na Agenda 2030.

Uma possível causa da maior aderência de BDC e CAF aos ODS é que tal situação seja um reflexo da grande vulnerabilidade da região caribenha (atendida pelos dois organismos) a desastres naturais, potencializados pelas mudanças climáticas, tais como os furacões que atingiram a região em 2017. As consequências de tais catástrofes para a economia local e para suas populações geram o sentimento de urgência (retratado especialmente nos relatórios do BDC) para que a ordem global seja radicalmente transformada e que a Agenda 2030 seja efetivamente a norteadora dessa transformação, de modo a garantir a sobrevivência dessas nações e de seus povos.

É grande o desafio para que a região da América Latina e do Caribe alcance os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável em meio a uma turbulência econômica mundial e sofrendo os efeitos diretos das mudanças climáticas no cotidiano de suas populações. Entretanto, o envolvimento dos bancos regionais de desenvolvimento com o tema mostra que os países que compõem tais instituições têm, em alguma medida, a consciência da importância de se perseguir as metas estabelecidas na Agenda 2030. Cabe, então, aos países-membros, seus governos e seus cidadãos



ditarem o ritmo em que esses organismos se engajarão nesse projeto global de transformação do desenvolvimento.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDENUR, A. E. What to expect from the new champions. **Sustainable Development Goals 2019: Transforming our world**. Londres, p. 20-22, 19 jun. 2019. Disponível em: <<https://www.sustainablegoals.org.uk/what-to-expect-from-the-new-champions/>>. Acesso em: 24 mar. 2020.

CABALLERO, P. The SDGs: Changing How Development is Understood. **Global Policy**, v. 10, p. 138-140, jan. 2019.

CORPORACIÓN ANDINA DE FOMENTO. **Por trás de tudo o que a gente faz está você: Informe Anual 2015**. Bogotá, 2016. Disponível em: <<http://scioteca.caf.com/handle/123456789/946>>. Acesso em: 14 ago. 2019.

CORPORACIÓN ANDINA DE FOMENTO. **Relatório Anual 2016**. Bogotá, 2017. Disponível em: <<http://scioteca.caf.com/handle/123456789/1092>>. Acesso em: 14 ago. 2019.

CORPORACIÓN ANDINA DE FOMENTO. **Reporte de Sostenibilidad CAF 2015-2016**. [Caracas], 2017. Disponível em: <<http://scioteca.caf.com/handle/123456789/1098>>. Acesso em: 14 ago. 2019.

CORPORACIÓN ANDINA DE FOMENTO. **Relatório Anual 2017**. [Caracas], 2018. Disponível em: <<http://scioteca.caf.com/handle/123456789/1278>>. Acesso em: 14 ago. 2019.

CORPORACIÓN ANDINA DE FOMENTO. **Relatório Anual 2018**. [Caracas], 2019. Disponível em: <<http://scioteca.caf.com/handle/123456789/1441>>. Acesso em: 14 ago. 2019.

CORPORACIÓN ANDINA DE FOMENTO. **Reporte de Sostenibilidad CAF 2017-2018**. [Caracas], 2019. Disponível em: <<http://scioteca.caf.com/handle/123456789/1432>>. Acesso em: 14 ago. 2019.

CARIBBEAN DEVELOPMENT BANK. **Annual Report 2015**. St. Michael, Barbados, 2016. Disponível em: <<https://www.caribank.org/publications-and-resources/resource-library/annual-reports/2015-annual-report>>. Acesso em: 16 ago. 2019.

CARIBBEAN DEVELOPMENT BANK. **Annual Report 2016**. St. Michael, Barbados, 2017. Disponível em: <<https://www.caribank.org/publications-and-resources/resource-library/annual-reports/2016-annual-report>>. Acesso em: 16 ago. 2019.

CARIBBEAN DEVELOPMENT BANK. **Annual Report 2017**. St. Michael, Barbados, 2018. Disponível em: <<https://www.caribank.org/publications-and-resources/resource-library/annual-reports/2017-annual-report>>. Acesso em: 16 ago. 2019.

CARIBBEAN DEVELOPMENT BANK. **Annual Report 2018**. St. Michael, Barbados, 2019. Disponível em: <<https://www.caribank.org/publications-and-resources/resource-library/annual-reports/cdbs-2018-annual-report>>. Acesso em: 16 ago. 2019.

DEVELOPMENT COMMITTEE. **From Billions to Trillions: Transforming Development Finance**: Post-2015 Financing for Development: Multilateral Development Finance. Washington, 02 abr. 2015. Disponível em: <<http://pubdocs.worldbank.org/en/622841485963735448/DC2015-0002-E-Financingfor Development.pdf>>. Acesso em: 24 mar. 2020.

FONDO FINANCIERO PARA EL DESARROLLO DE LA CUENCA DEL PLATA. **Relatório e Demonstrações Financeiras 2015**. Santa Cruz de la Sierra, 2016. Disponível em: <<https://www.fonplata.org/sites/default/files/reportes-anales/archivos/Memoria%202015%20PT.pdf>>. Acesso em: 24 mar. 2020.

FONDO FINANCIERO PARA EL DESARROLLO DE LA CUENCA DEL PLATA. **Relatório e Demonstrações Financeiras 2016**. Santa Cruz de la Sierra, 2017. Disponível em: <<https://www.fonplata.org/sites/default/files/reportes->

[anuales/archivos/Relat%C3%B3rio%20e%20Demonstra%C3%A7%C3%B5es%20Financeiras%202016.PDF](https://www.fonplata.org/sites/default/files/reportes-anales/archivos/Relat%C3%B3rio%20e%20Demonstra%C3%A7%C3%B5es%20Financeiras%202016.PDF)>. Acesso em: 24 mar. 2020.

FONDO FINANCIERO PARA EL DESARROLLO DE LA CUENCA DEL PLATA. **Relatório e Demonstrações Financeiras 2017**. Santa Cruz de la Sierra, 2018. Disponível em: <<https://www.fonplata.org/sites/default/files/reportes-anales/archivos/Relat%C3%B3rio%20e%20Demonstracoes%20Financeiras%202017.pdf>>. Acesso em: 24 mar. 2020.

FONDO FINANCIERO PARA EL DESARROLLO DE LA CUENCA DEL PLATA. **Relatório Anual 2018**. Santa Cruz de la Sierra, 2019. Disponível em: <[https://www.fonplata.org/sites/default/files/reportes-anales/archivos/Relat%C3%B3rio\\_Anuar\\_2018\\_-\\_PT.pdf](https://www.fonplata.org/sites/default/files/reportes-anales/archivos/Relat%C3%B3rio_Anuar_2018_-_PT.pdf)>. Acesso em: 24 mar. 2020.

FUKUDA-PARR, S.; GREENSTEIN, J.; STEWART, D. How should MDG success and failure be judged: Faster progress or achieving the targets? **World Development**, v. 41, p. 19-30, 2013.

FUKUDA-PARR, S. From the Millennium Development Goals to the Sustainable Development Goals: shifts in purpose, concept, and politics of global goal setting for development. **Gender & Development**, Oxford, v. 24, n. 1, p. 43-52, 18 fev. 2016.

FUKUDA-PARR, S.; MCNEILL, D. Knowledge and Politics in Setting and Measuring the SDG s: Introduction to Special Issue. **Global Policy**, v. 10, p. 5-15, jan. 2019.

FUKUDA-PARR, S.; MUCHHALA, B. The Southern origins of sustainable development goals: Ideas, actors, aspirations. **World Development**, v. 126, p. 104706-104717, 2020.

GORE, C. The post-2015 moment: Towards Sustainable Development Goals and a new global development paradigm. **Journal of International Development**, v. 27, n. 6, p. 717-732, 2015.

JOMO, K.S. et al. Public-Private Partnerships and the 2030 Agenda for Sustainable Development. **UN Department of Economic and Social Affairs Working Paper**,

n. 148, 2016. Disponível em: <<https://www.oecd-ilibrary.org/content/paper/f42bd4bb-en>>. Acesso em: 24 mar.2020.

KAMPHOF, R.; MELISSEN, J. SDGs, Foreign Ministries and the Art of Partnering with the Private Sector. **Global Policy**, v. 9, n. 3, p. 327-335, 2018.

KHARAS, H.; PRIZZON, A.; ROGERSON, A. Financing the post-2015 Sustainable Development Goals: a rough roadmap. **Overseas Development Institute, Londres**, 2014. Disponível em: <<https://www.odi.org/sites/odi.org.uk/files/odi-assets/publications-opinion-files/9373.pdf>>. Acesso em: 24 mar. 2020.

MAWDSLEY, E. ‘From billions to trillions’: Financing the SDGs in a world ‘beyond aid’. **Dialogues in Human Geography**, v. 8, n. 2, p. 191-195, 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Adis Ababa Action Agenda**. Nova Iorque, 2015. Disponível em: <[https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/2051AAAA\\_Outcome.pdf](https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/2051AAAA_Outcome.pdf)>. Acesso em: 24 mar. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). ONU: Agenda de Ação de Adis Abeba incentiva investimentos em áreas de necessidades globais. **Nações Unidas Brasil**, 04 ago. 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/onu-agenda-de-acao-de-adis-abeba-incentiva-investimentos-em-areas-de-necessidades-globais/>>. Acesso em: 24 mar. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Nova Iorque, set. 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2019.

SACHS, J. D. Goal-based development and the SDGs: Implications for development finance. **Oxford Review of Economic Policy**, v. 31, n. 3-4, p. 268-278, 2015.

SCHMIDT-TRAUB, G. Investment needs to achieve the Sustainable Development Goals: understanding the billions and trillions. **Sustainable Development Solutions Network**, 28 set. 2015.

STRAND, J. R. Global economic governance and the regional development banks. In: MOSCHELLA M.; WEAVER C. (Ed.). **Handbook of global economic governance: players, powers and paradigms**. Abingdon: Routledge, p. 290-303, 2014.